

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXVIII

FLORIANÓPOLIS, 11 DE JUNHO DE 2019

NÚMERO 7.455

MESA

Julio Garcia
PRESIDENTE

Mauro de Nadal
1º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Minotto
2º VICE-PRESIDENTE

Laércio Schuster
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Altair Silva
3º SECRETÁRIO

Nilso Berlanda
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Maurício Eskudlark
Vice-Líder: Coronel Mocellin

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Luiz Fernando Vampiro

BLOCO SOCIAL LIBERAL

Líder: Maurício Eskudlark
Lideranças dos Partidos
que compõem o Bloco:

PL PSL

Maurício Eskudlark Ricardo Alba

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Milton Hobus
Lideranças dos Partidos
que compõem o Bloco:

PSD PDT

Kennedy Nunes Paulinha

PSDB PSC

Vicente Caropreso Jair Miotto

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Fabiano da Luz

BLOCO PARLAMENTAR

Líder: Nazareno Martins
Vice-Líder: José Milton Scheffer
Lideranças dos Partidos
que compõem o Bloco:

PP PSB

João Amin Nazareno Martins

PRB PV

Sergio Motta Ivan Naatz

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Milton Hobus - Vice-Presidente
Paulinha
Fabiano da Luz
Luiz Fernando Vampiro
Ivan Naatz
João Amin
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Maurício Eskudlark
Volnei Weber - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Ismael dos Santos
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Ivan Naatz
Nazareno Martins
Ricardo Alba

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Romildo Titon
Ricardo Alba

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Felipe Estevão - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Neodi Saretta
Volnei Weber
Luiz Fernando Vampiro
Nazareno Martins

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Paulinha - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Fabiano da Luz
Moacir Sopelsa
Volnei Weber
João Amin
Nazareno Martins
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Valdir Cobalchini
Fernando Krelling
Jessé Lopes

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Fernando Krelling - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jair Miotto
Ada De Luca
Ivan Naatz
Felipe Estevão

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fernando Krelling
Jerry Comper
Bruno Souza
José Milton Scheffer
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

José Milton Scheffer - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Marcos Vieira
Neodi Saretta
Volnei Weber
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Jair Miotto - Presidente
Luiz Fernando Vampiro - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Bruno Souza
Felipe Estevão

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ivan Naatz - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Jair Miotto

Luiz Fernando Vampiro

Romildo Titon

Marcius Machado

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ada De Luca - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Milton Hobus
Moacir Sopelsa
Bruno Souza
Jessé Lopes

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO

Ricardo Alba - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Dr. Vicente Caropreso
Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Sergio Motta

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Milton Hobus - Presidente
Coronel Mocellin - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Fabiano da Luz
Jerry Comper
Volnei Weber
Nazareno Martins

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fabiano da Luz
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
Bruno Souza

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Paulinha
Fernando Krelling
Nazareno Martins
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Marcus Machado - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Jair Miotto
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
Romildo Titon
Bruno Souza

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
José Milton Scheffer
Jessé Lopes

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Sergio Motta - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Jair Miotto
Paulinha
Romildo Titon
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Fernando Krelling - Vice-Presidente
Jair Miotto
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Sergio Motta
Sargento Lima

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Jerry Comper - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
João Amin
Ana Campagnolo

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela editoração, diagramação e por tornar público os atos da Assembleia Legislativa.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p style="text-align: center;">DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p style="text-align: center;">EXPEDIENTE</p> <hr/> <div style="text-align: center;">  </div> <p style="text-align: center;">Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p style="text-align: center;">IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXVIII NESTA EDIÇÃO: 16 PÁGINAS</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 048ª Sessão Ordinária realizada em 04/06/2019..... 2</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa Consleg 6</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissões Permanentes..... 6 CPI..... 7 Portarias..... 15</p>
---	---	--

P L E N Á R I O

ATA DA 048ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 2019 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Sargento Lima - Sergio Motta - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado: Mauro de Nadal

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO (Orador) - Tece comentários a respeito das viagens realizadas na região sul, a Amurel, onde se deparou com vários problemas nas áreas de Educação, Saúde e Segurança.

Discorre sobre a situação caótica em que se encontram alguns colégios da citada região, como as estruturas físicas dos prédios,

e destaca a questão da informatização nas escolas públicas nos pequenos municípios catarinenses. Entende de grande relevância para o ensino catarinense a computadorização, o que elevará a qualidade de educação no estado. Pede o apoio dos nobres colegas nesse sentido e menciona que buscará recursos em Brasília para tornar realidade, uma vez que o governo do estado prioriza que se use menos papel. Comenta que se deparou com um educador usando o mimeógrafo para fazer cópias das provas, fato que o deixou perplexo por acontecer ainda no século XXI. Por fim, afirma que levantará a bandeira da informatização nas escolas.

Deputada Ada De Luca (Aparteante) - Parabeniza o deputado pela fala e as viagens realizadas aos pequenos municípios do sul do estado, e considera primordial as escolas públicas possuírem boa infraestrutura para desenvolverem suas atividades pedagógicas.

Deputado Maurício Eskudlark (Aparteante) - Também parabeniza o deputado e concorda em relação à informatização nas escolas estaduais. [Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (Orador) - Registra que está chegando a Semana Mundial do Meio Ambiente, e comenta sobre a Lei n. 17.261, que alterou o Código Estadual do Meio Ambiente.

Relata que o projeto nasceu quando presenciou um funcionário de um estabelecimento comercial despejando óleo de cozinha em um bueiro na rua. Conta que, ao instaurar a lei, teve muita resistência de supermercados, mas através de debates conseguiu a sua aprovação.

Informa que a Lei n. 17.261 determina que todos os estabelecimentos comerciais que comercializam acima de 500 litros de óleo ao mês precisam, obrigatoriamente, ter um posto de coleta.

Faz um alerta sobre o despejo incorreto do óleo de cozinha, argumentando sobre o alto nível de contaminação da água e dos lençóis freáticos.

Por fim, enaltece a Semana do Meio Ambiente, data estabelecida pela ONU há mais de duas décadas. [Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADO RICARDO ALBA (Orador) - Ressalta a importante atuação suprapartidária da Frente Parlamentar em Defesa do Vale do Itajaí, e cita a reunião ocorrida no dia 30 de maio, em Blumenau, com a presença de prefeitos, vereadores, lideranças empresariais, comunitárias, cuja pauta versou sobre as demandas daqueles municípios para incrementar o desenvolvimento econômico, social e político daquela região importante do estado. Acrescenta que daquele evento

decidiu-se uma reunião dos integrantes da bancada com o governador Carlos Moisés para dar prosseguimento às demandas de forma conjunta.

Ainda sobre boas notícias oriundas do estado, salienta que Blumenau recebeu o título de Capital Nacional dos Transplantes de Órgãos, e menciona o prazo recorde de oito meses para transplante renal. Informa que pretende consolidar o título inusitado, apresentando um projeto de lei na Assembleia Legislativa e no Congresso Nacional, e solicita apoio da bancada federal catarinense, consolidando a honrosa distinção.

Apresenta sinceros cumprimentos aos integrantes da Associação Renal Vida, aos colaboradores, aos filantrópicos, ao dr. Humberto Rebello Narciso, ao atual presidente, dr. Roberto Benvenuti e ao diretor executivo, Tarcísio Steven.

Seguindo a linha de divulgação, informa que o Instituto Renal Vidal promoverá a Semana D, entre os dias 5 a 14 de junho, para captar recursos na construção da nova sede do instituto, aumentando consideravelmente o atendimento daqueles que necessitam de transplante no Brasil.

Por fim, enriquece o seu pronunciamento, apresentando um vídeo em que o atleta, Gustavo Kuerten, ratifica o convite aos catarinenses para tão importante campanha intitulada Semana D, em Blumenau. [Taquígrafa: Elzamar]

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO (Oradora) - Referencia o seu último pronunciamento, abordando a violência doméstica contra os homens e violência das mulheres contra as crianças, e acrescenta que este tema é tratado com descaso.

Comenta o caso do menino Rhuan, de nove anos, que foi mutilado e espartilhado, e manifesta solidariedade à família. Exibe no telão um vídeo com o pronunciamento da ministra Damares sobre este fato.

Explica que as responsáveis pela criação do Rhuan confessaram que mutilaram o órgão genital do menino, e que o criavam como se fosse do sexo feminino.

Apresenta na tribuna livros de autoras feministas, e cita trechos para embasar seu pronunciamento crítico ao feminismo e à ideologia de gênero.

Reproduz no telão um caso internacional de um menino que foi criado pelos pais, como se fosse do sexo feminino, que se intensificou, através de tratamentos de mudança de identidade de gênero, com o psicólogo dr. John Money.

Informa que tratamento hormonal de alteração de identidade de gênero acontece no mundo inteiro, inclusive com crianças. Acrescenta que estas idéias produzem consequências negativas.

Finaliza seu pronunciamento exibindo no telão o depoimento de uma feminista que percebeu os problemas da ideologia de gênero e da maneira que as crianças são tratadas. [Taquígrafa: Elzamar]

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Registra a presença do vereador Capilé e seu filho Luiz, comentando que foram ao Deinfra para tratar assuntos relacionados à rodovia SC-114.

Informa que recebeu o relatório anual dos Escoteiros do Brasil - Região Santa Catarina, um ofício do diretor-presidente Narciso Giraldo e também assinou a Carta dos Escoteiros.

Registra que ontem o governador deu posse a 34 Delegados de Polícia, que estavam

em situação pendente após a aprovação no último concurso público. Acrescenta que o governador também contratou mais 37 engenheiros e arquitetos para suprir as necessidades da secretaria da Infraestrutura. Conclui, elogiando o empenho do governo em atender às demandas.

Comenta a iniciativa do presidente Bolsonaro em efetuar alterações na Carteira Nacional de Habilitação. Concorde com as mudanças propostas pelo governo federal, e acrescenta que é importante o aumento da pontuação da CNH, argumentando que há uma indústria de radares que dificulta para que o motorista permaneça sem atingir 20 pontos no período de um ano. [Taquígrafa: Sara]

Partidos Políticos

Partido: PSD

DEPUTADO JULIO GARCIA (Orador) -

Declara que escolheu a tribuna para falar pela primeira vez, depois do ocorrido na última quinta-feira, exatamente em respeito aos colegas deputados, em respeito ao Parlamento, aos servidores da Casa, e não o fez antes porque esperava o momento adequado para se manifestar.

Lembra que aqueles que passaram pelo Parlamento são testemunhas de momentos de muita glória, e o mais feliz de todos foi no ano de 2005, quando esta Casa aprovou uma das leis de maior alcance social no estado de Santa Catarina, a Lei das Apaes. Ressalta que foi muito bom ocupar a tribuna naquele dia, comemorando aquela ação importante para uma causa tão justa e nobre.

Porém, afirma que hoje é diferente, não tendo nenhuma dúvida de que é o dia mais triste de toda a sua trajetória no Parlamento. Refere-se ao fato noticioso veiculado na última quinta-feira, citando o seu nome. Deixa claro que confia na Justiça e entende que ela esteja cumprindo o seu papel. Afirma que o Poder Judiciário é, ao lado do Poder Legislativo, o pilar mais forte da democracia, e por isso merece e precisa ser respeitado.

Diz que não é hora de bravata, e não foi para isso que veio à tribuna, não é hora de procurar culpados, não é hora de acusar ninguém, tarefas que não lhe pertencem. Acredita que tem o dever de proceder a sua defesa e deseja fazê-la da melhor forma, com muita serenidade, o que tem pedido a Deus todos os dias, além de forças para superar a dor desse momento difícil.

Cita que são duas as acusações centrais contra a sua pessoa. A primeira, de possuir um terreno cuja aquisição teria sido produto de operações que são o alvo central da investigação em curso. Explica que tal terreno foi adquirido em 1994, e que por 20 anos tentou regularizar a compra, o que só aconteceu agora, por trâmites envolvendo herdeiros falecidos e outros normais nestes casos. Assim, infelizmente, houve o *link* entre a legalização do terreno e a compra, com o advento da operação. Esclarece que tal imóvel nada tem a ver com o objeto da operação, que procura desvio de recurso público para benefício de privados.

Também, investigam-no por ilação de ter relação com proprietário de prestadora de serviço na Secretaria da Administração, entretanto desconhece qualquer atividade comercial da citada empresa. Alega que é amigo do proprietário, assim afirma que mais do que amigo, teve convivência familiar durante 15 anos e mantém essa amizade até hoje, sendo essa a sua ligação, não havendo nenhuma insinuação e nenhuma

comprovação de qualquer participação sua em qualquer episódio relacionado com o caso.

Sobre o sr. Nelson Nappi, reitera a sua amizade, que é de muitos anos, pois foi seu padrinho de casamento, desconhecendo qualquer atuação ilícita de sua parte. Diz que escolheu com zelo as pessoas para fazerem parte da sua equipe. Ressalta que não vai renegar seus amigos por conta desse momento difícil, e que não lhe cabe julgá-los, pois esta tarefa é da Justiça.

Aproveita o momento para agradecer as manifestações de confiança e de carinho, tão importantes nesta hora difícil, sem dúvida a mais triste da sua vida, afirmando que esta solidariedade lhe dá forças para continuar lutando, e que vai lutar até o fim para provar a sua inocência. Finalizando, assegura: "Não quero ser prejudicado, mas também não quero deixar de ser julgado. E ao final do julgamento, quero ter a oportunidade, se Deus me der essa graça, de voltar aqui e poder continuar merecendo o respeito, a amizade e o carinho que sempre tive de todos vocês."

Agradece a oportunidade do momento e as manifestações de carinho e solidariedade.

(Palmas)

O senhor Presidente, Deputado Mauro de Nadal, concede a palavra, pela ordem, aos senhores Parlamentares.

Deputada Paulinha - Diz que não conhece as razões, as motivações, ou as questões do processo, mas conhece um homem chamado Julio Garcia, um homem fraterno, generoso, que abriu as portas da Presidência como jamais imaginou que fosse possível dentro de um Poder constituído. Afirma que a pessoa que ela conhece é um homem digno, um homem de valor, que trata a todos com o mesmo carinho e respeito, e apesar destes tempos difíceis, todos devem fazer uma reflexão, porque invariavelmente haverá ilações de um ou outro político, e não condena nem questiona o papel dos órgãos judiciais, mas questiona o fato de expor o nome de uma pessoa, negativamente, como vem acontecendo com políticos e funcionários públicos, e cita o caso do IMA. Diz que é preciso virar o jogo, que este processo de intolerância que o país trouxe para dentro da política não está certo. Reafirma sua amizade e admiração ao presidente, pedindo a Deus que o abençoe e lhe dê forças e coragem para enfrentar esse desafio.

Deputado Ismael dos Santos - Expressa também o seu carinho e respeito pela pessoa do deputado Julio. Diz que foi seu suplente em 2008, e de lá para cá aprendeu a admirar a sua jornada, a sua trajetória. Repete as palavras do seu pai, que está com 88 anos e muito lúcido, sempre que o vê enfrentando dificuldades, diz: "filho, quando a marcha fica dura, os duros continuam". Deseja sucesso ao deputado.

Deputado Milton Hobus - Afirma que Julio Garcia é um construtor de pontes, e homem que, na vida pública, serve de inspiração para todos, da boa conversa, do bom relacionamento, de unir forças em prol de projetos vencedores. Diz que é uma pessoa admirável, com quem já compartilhou momentos da sua vida, como quando era prefeito de Rio do Sul, no primeiro mandato, e vinha se aconselhar com ele, que era presidente da Casa.

Demonstra solidariedade por este momento, e por esta dor que também sente em seu peito, e afirma que basta estar na vida pública para ser alvo, muitas vezes

injustamente, mas só o tempo é que traz a verdade e ele está ao lado dos justos. Fala da certeza de que o amigo vai provar isso, e pede que levante a cabeça, pois o Parlamento precisa do seu líder forte, porque foi para isso que o elegeu presidente, num consenso de que era o nome certo para conduzir esse momento da chamada nova política e de transição.

Deputada Marlene Fengler - Conta que tem pelo deputado Julio uma amizade de longa data, respeitando-o como pessoa, como amigo, como líder partidário e como homem público. Lembra que há 30 anos, quando ela veio para Florianópolis, trabalhava num partido, o PFL, e o Julio, à época, era o seu superior, era o secretário do partido, e desde essa época aprendeu a admirá-lo pela sua consideração com todas as pessoas. Demonstra certeza de que o deputado sairá deste momento difícil mais forte e sereno, e sendo muito mais a pessoa de bom coração que sempre foi, registra.

Deputado Valdir Cobalchini - Diz que essa tristeza que abate o presidente da Casa, neste momento, abate a todos, e torce para que ela passe muito rápido. Assegura que aqueles 40 votos que o elegeram por unanimidade demonstraram confiança e respeito inabaláveis. Acompanhará com muito interesse esse caso, e tem certeza que o desfecho será positivo. Entende que nada retira a dor, o sofrimento, e as palavras não são suficientes para afagar um coração aflito, mas diz que a solidariedade é de todos os parlamentares.

Deputado Fabiano da Luz - Manifesta-se em nome da sua bancada, e afirma que ao longo dos seus 20 anos de rádio, de trabalhar com o jornalismo, vivenciou muito o fato de que as pessoas são crucificadas antes de serem condenadas. Defende que sejam feitas investigações, mas é direito constitucional de todo cidadão também se defender, e que ao final do processo, se nada for comprovado, a pessoa seja inocentada também publicamente, porque os processos são arquivados e ninguém aparece para dizer que a pessoa era inocente. Pede muita força ao deputado, demonstrando solidariedade.

Deputado Laércio Schuster - Traz a sua solidariedade, agradecendo a bancada do PSB por ter oportunizado que fosse o 1º secretário, e nesses mais de três meses em que teve a oportunidade de estar ao lado do presidente, com a confiança dos colegas deputados, ele tem sido um ótimo professor, com generosidade, tolerância e respeito. Entende que esse momento, sem dúvida, abate também a família, assim, traz a sua solidariedade, ao mesmo tempo em que agradece o amigo e companheiro, e o bom professor que tem sido aqui no Parlamento, pois é com pessoas assim, experientes, que trazem uma boa bagagem, de uma vida pública decente e correta, que se tem a oportunidade de aprender. Agradece mais uma vez, reafirmando a sua amizade.

Deputado Maurício Eskudlark - Afirma que, desde a época de Chefe de Polícia, buscava conselhos com o deputado, que sempre teve esse perfil mediador, conciliador, muito prudente. Também no Tribunal de Contas, esteve pedindo conselhos. Diz que entende o que o deputado e sua família estão passando, porque recentemente a sua família também sofreu, mas tem esperança na Justiça. Alguns casos não chegam ao final, mas deseja que todos cheguem ao final para dizer se está certo ou errado. Sabe que é um momento difícil, quando a pessoa perde o chão, porque o maior patrimônio que um político pode ter é o respeito e a credibilidade

Assegura que quem vem para a Política gosta de gente, gosta de fazer o bem para as comunidades, e pede a Deus para iluminar e lhe dar muita força, demonstrando a sua solidariedade.

Deputado Felipe Estevão - Lembra que conheceu o deputado Julio ao fazer trabalhos sociais e pela Lei das Apaes, que o tornaram muito querido neste meio. Diz que sempre admirou o deputado pela sua habilidade, visão ampla, e desde que chegou ao Parlamento esse sentimento só aumentou, pois encontrou um amigo e conselheiro, cujas conversas ficarão eternizadas em sua memória. E, quando ele foi eleito presidente por unanimidade, consolidou-se a admiração que tinha, pois sob a sua batuta esta Casa é bem gerida e todos demonstram respeito. Diz que ficou triste e abatido com os fatos, mas afirma que é na adversidade que são forjados os homens fortes, e pede a Deus que lhe conceda a graça para superar este momento lúgubre, pois dias maus sempre vêm. Espera que esta adversidade seja uma pausa para reflexão e de impulso para continuar a caminhada com uma disposição ainda maior.

Deputado Ivan Naatz - Reconhece que nos 30 anos de advocacia viu muita injustiça acontecer, e que vivemos um momento muito triste do prejulgamento, de escolher a figura mais importante para vender mais jornal. Aponta-se o dedo e, depois, quando é absolvido, esquece, arquiva. O prejulgamento massacra qualquer pessoa, massacra qualquer instituição, massacra qualquer grupo de pessoas e as famílias. Diz que a Assembleia Legislativa confia no seu presidente, e quer que continue comandando a Casa como sempre fez, com honra e dignidade, com a cabeça levantada, porque aqui tem defensores que conhecem a sua história.

Deputado Luiz Fernando Vampiro - Pronuncia-se em nome da bancada do MDB. Afirma que conhece o deputado Julio desde 1995, ou 94, quando começou a escrever no *Jornal Gazeta Regional*, e um dos proprietários do jornal era o dr. Américo Farias, muito amigo de seus pais. Assim, foram feitas algumas reuniões em apoio à sua candidatura, e a palavra basilar, que o alicerçava, era amigo e família. E amigo, independentemente da cor partidária, da classe social, do momento que a pessoa está vivenciando, mas amigo no sentido de irmão. E nesse momento mais difícil, o deputado honrou com aquilo tudo que apregoa desde o início da sua vida, que é não deixar os amigos naufragando sem reconhecê-los. Parabeniza pela atitude de reconhecer os amigos e de deixar na mão de Deus e da Justiça, pois que virão, obviamente, dias melhores. *[Taquígrafa: Sara]*

Partido: PV

DEPUTADO IVAN NAATZ (Orador) - Faz sugestão ao governo estadual referente à permissão para pilotagem de aeronaves e helicópteros do estado. Solicita que os praças, quando habilitados, também sejam autorizados a pilotar aeronaves, pois atualmente a atividade só pode ser exercida por oficiais da Polícia Militar de Santa Catarina. Salienta que entre dezembro de 2011 a janeiro de 2019 foram gastos R\$ 1 milhão para capacitar oficiais, valor que poderia ser economizado caso os praças, que investiram seu próprio recurso na sua capacitação, pudessem ser convocados para a pilotagem. Destaca que 17 praças do estado estão habilitados, inclusive são chamados pelo Ibama e pelo governo federal para auxiliarem nas tarefas quando se faz necessário.

Conclui, dizendo que considera a situação uma injustiça flagrante, além de um grande desperdício do dinheiro público. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - A Presidência suspende a sessão, por até 10 minutos, para que o vereador do município de Ouro, sr. César João Prando, possa falar sobre a situação precária da SC-467.

Ordem do Dia

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0011/2019.

Igualmente, comunica que a comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0013/2018.

Pedido de Informação n. 0235/2019, de autoria do deputado Nilso Berlanda, solicitando ao secretário da Infraestrutura informações acerca da existência de projeto técnico para a pavimentação asfáltica da rodovia SC-451, entre os municípios de Frei Rogério e Fraiburgo.

Em discussão

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0236/2019, de autoria do deputado Jair Miotto, solicitando ao secretário da Casa Civil informações se o Detran cumpre o prazo previsto no art. 328 do Código de Trânsito Brasileiro, que diz respeito a veículos apreendidos ou removidos a qualquer título e não reclamados.

Em discussão

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0237/2019, de autoria da deputada Luciane Carminatti, solicitando aos secretários da Educação e da Administração informações acerca dos candidatos aprovados e/ou classificados nos concursos públicos realizados por meio dos editais n. 2271/17 e 2272/17.

Em discussão

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0238/2019, de autoria da deputada Luciane Carminatti, solicitando aos secretários da Segurança Pública e da Educação informações acerca da previsão de implantação do Modelo de Gestão Cívico-Militar.

Em discussão

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0239/2019, de autoria da deputada Ana Campagnolo, solicitando ao secretário da Casa Civil informações acerca da previsão para conclusão e entrega das obras da Estação de Tratamento e Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário em Balneário Piçarras.

Em discussão

(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.
Pedido de Informação n. 0240/2019, de autoria do deputado Kennedy Nunes, solicitando ao secretário da Educação informações acerca do cronograma de restauração do prédio da antiga Escola Conselheiro Mafra.

Em discussão
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.
Pedido de Informação n. 0241/2019, de autoria do deputado Jessé Lopes, solicitando ao secretário da Infraestrutura informações acerca do recapeamento asfáltico do trecho da rodovia SC-443 entre os municípios de Meleiro e Nova Veneza.

Em discussão
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.
Pedido de Informação n. 0242/2019, de autoria do deputado Jessé Lopes, solicitando ao secretário da Educação informações acerca do patrimônio das escolas pertencentes à Associação dos Municípios da Região Carbonífera, relativo aos equipamentos de informática, mídia, aparelhagem sonora, aparelhagem de música e demais equipamentos eletrônicos.

Em discussão
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.
Pedido de Informação n. 0243/2019, de autoria do deputado João Amin, solicitando ao secretário de estado da Educação, informações acerca das escolas catarinenses que não possuem acesso à internet, bem como sobre a existência de um projeto para que estas sejam devidamente equipadas com tal acesso.

Em discussão
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.
Moção n. 0253/2019, de autoria do deputado Nilso Berlanda, apelando ao ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e ao presidente da Anatel para que sejam fornecidos sinais de telefonia celular e internet à área rural do município de Água Doce.

Em discussão
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.
Moção n. 0254/2019, de autoria do deputado Jair Miotto, apelando ao ministro dos Transportes e ao presidente do Conselho Nacional de Trânsito pela revisão da resolução n. 675/17, adiando por mais um ano a sua aplicabilidade.

Em discussão
(Pausa)
Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.
Moção n. 0255/2019, de autoria do deputado Kennedy Nunes, parabenizando o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (Núcleo Jovem) pela iniciativa do "Dia Livre de Impostos".

Em discussão
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.
Moção n. 0256/2019, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, manifestando aplausos aos soldados da Polícia Militar Magaiver Mario Rogério Bach, Lucas Ricardo da Silva e Wanderley Leme de Lima Segundo, bem como ao Sargento Rudy Andrade de Freitas, pelo ato de bravura no salvamento de uma jovem no município de São José.

Em discussão
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.
Moção n. 0257/2019, de autoria do deputado Valdir Cobalchini, solicitando ao presidente da Anatel a disponibilidade dos serviços de telefonia rural e sinal de internet aos moradores do interior do município de Água Doce.

Em discussão
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.
Moção n. 0258/2019, de autoria do deputado Nazareno Martins, parabenizando o presidente da comissão organizadora da 7ª Festa do Barracão, pelo sucesso do evento em benefício do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do município de Alfredo Wagner.

Em discussão
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.
Moção n. 0259/2019, de autoria do deputado Fabiano da Luz, apelando ao presidente da República e demais autoridades, para que revejam a Medida Provisória n. 868/2018.

Em discussão
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.
Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0626/2019 e 0627/2019, de autoria do deputado Jair Miotto; 0628/2019 e 0629/2019, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 0630/2019, de autoria da comissão de Constituição e Justiça; 0631/2019 e 0632/2019, de autoria da deputada Paulinha; 0633/2019, 0634/2019, 0635/2019 e 0636/2019, de autoria do deputado Moacir Sopelsa; 0637/2019, 0645/2019, 0646/2019 e 0647/2019, de autoria do deputado Laércio Schuster; 0638/2019, de autoria do deputado Fernando Krelling, 0639/2019, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, 0640/2019, de autoria do deputado Ivan Naatz, 0641/2019, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, 0642/2019 e 0643/2019, de autoria do

deputado Neodi Saretta, 0644/2019, de autoria do deputado Ismael dos Santos.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do regimento Interno, as Indicações n.s:

0760/2019, de autoria do deputado Fernando Krelling; 0761/2019, 0764/2019, 0765/2019 e 0766/2019, de autoria do deputado Volnei Weber; 0762/2019, 0763/2019 e 0779/2019, de autoria da deputada Ana Campagnolo; 0767/2019, 0768/2019, 0769/2019, 0770/2019, 0771/2019, 0772/2019, 0773/32019, 0774/2019 e 0775/2019, de autoria do deputado Fabiano da Luz; 0776/2019, de autoria do deputado Jessé Lopes; 0777/2019, de autoria do deputado Nazareno Martins; 0780/2019, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0781/2019, de autoria do deputado Laércio Schuster; 0782/2019 e 0783/2019, de autoria do deputado Silvio Dreveck.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0290/2018, de autoria da deputada Luciane Carminatti, que dispõe sobre a divulgação e o combate ao assédio moral na Administração Pública do estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Regime de Prioridade - RQS/0937.8.2018, aprovado em 05/12/2018.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Trabalho, Administração e Serviço Público; e de Direitos Humanos.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Luciane Carminatti, Sargento Lima, Ada De Luca e Jessé Lopes.

Em votação.
Aprovado com voto contrário do deputado Jessé Lopes.

Finda a pauta da Ordem do Dia.
[*Taquígrafa: Ana Maria*]

Explicação Possoal

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (Orador) - Discorre sobre o lançamento da Frente Parlamentar de Apoio ao Comércio Varejista, da Alesc, que está sob sua coordenação, e visa trabalhar juntamente com a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina e a Câmara de Dirigentes Lojistas, para dar apoio a um segmento que incrementa o PIB catarinense, gera mais de 450 mil empregos diretos, pois das mais de 535 mil empresas 98% são micro e pequenas, e no setor varejista representam 40%.

Também comenta a questão das feiras itinerantes que muitas vezes se instalam nas pequenas cidades, levando toda a economia do município, e entende tal fato como desleal com o comércio local, pois este paga os impostos, gera emprego e renda. Por isso, considera importante que se defenda linha de crédito com juros mais baixos e políticas públicas para o micro e pequeno empresário.

Deputado Nilso Berlanda (Aparteante) - Parabeniza o deputado e corrobora sua fala, mencionando que, juntamente com os presidentes dos CDLs, buscarão viabilizar para os pequenos empresários as linhas de crédito com juros subsidiados. [*Taquígrafa: Sílvia*]

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Não havendo mais oradores a fazer uso da palavra, encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental. [*Revisão: Taquígrafa Sara*].

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA CONSLEG

ATO DA MESA - CONSLEG Nº 012, de 11 de junho de 2019

Declara de utilidade pública a Associação de Bombeiros Comunitários de Bom Jardim da Serra (ABCBOM).

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da sua competência, prevista no parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da ALESC, e com fundamento no art. 3º da Lei nº 16.733, de 15 de outubro de 2015, com redação dada pela Lei nº 17.690, de 11 de janeiro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Bombeiros Comunitários de Bom Jardim da Serra (ABCBOM), com sede no Município de Bom Jardim da Serra.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º deste Ato da Mesa ficam assegurados todos os direitos prescritos na legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação deste Ato, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

IV - balancete contábil; e

V - declaração do presidente da entidade atestando o recebimento ou não de verba pública, no exercício referente à prestação de contas, e, em caso afirmativo, especificando o valor, a origem e a destinação.

Art. 4º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Barriga-Verde, 11/06/2019.

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Dep. Laércio Schuster - Secretário

Deputado Dep. Pe. Pedro Baldissera - Secretário

* * *

ATO DA MESA - CONSLEG Nº 013, de 11 de junho de 2019

Declara de utilidade pública a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Vitor Meireles.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da sua competência, prevista no parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da ALESC, e com fundamento no art. 3º da Lei nº 16.733, de 15 de outubro de 2015, com redação dada pela Lei nº 17.690, de 11 de janeiro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Vitor Meireles, com sede no Município de Vitor Meireles.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º deste Ato da Mesa ficam assegurados todos os direitos prescritos na legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação deste Ato, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

IV - balancete contábil; e

V - declaração do presidente da entidade atestando o recebimento ou não de verba pública, no exercício referente à prestação de contas, e, em caso afirmativo, especificando o valor, a origem e a destinação.

Art. 4º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Barriga-Verde, 11/06/2019.

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Dep. Laércio Schuster - Secretário

Deputado Dep. Pe. Pedro Baldissera - Secretário

* * *

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

Aos nove dias do mês de abril de dois mil e dezenove, às nove horas, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina sob a Presidência da senhora Deputada Paulinha, os deputados membros da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público: João Amin, Marcius Machado, Nazareno Martins, Sargento Lima e Volnei Weber, justificadas as ausências dos Deputados Marcos Vieira e Fabiano da Luz. Havendo quórum regimental, a Presidente abriu os trabalhos e submeteu à apreciação a Ata da 1ª Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e Trabalho, Administração e Serviço Público e em seguida a Ata da 1ª Reunião Extraordinária Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, que foram ambas aprovadas por unanimidade. A seguir, a Presidente requereu diligenciamento ao Secretário de Estado da Saúde acerca de moção de protesto nº 001/2019, da Câmara de Vereadores de Caçador em repúdio ao possível fechamento da Gerência Regional de Saúde de Videira/SC que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo a Presidente colocou em apreciação o PLC/0044.8/2017, de autoria do Deputado Milton Hobus, que altera os Anexos I e II

da Lei nº 15.156, de 2010, que "Institui o Plano de Carreiras e Vencimentos do Grupo Segurança Pública - Perícia Oficial e adota outras providências", a fim de modificar a denominação do cargo de papiloscopista para perito papiloscopista que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Na sequência, a Presidente comunicou a realização de uma agenda de reuniões conjuntas desta Comissão com as comissões de Constituição e Justiça e Finanças e Tributação para apreciação do PLC/0008.4/2019. Ato contínuo o Deputado Marcius Machado sugeriu que o envio das Atas seja realizado por meio do correio eletrônico dos gabinetes que, posto em votação foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Deputado Nazareno Martins e o Deputado Sargento Lima fizeram devolução de vista, sem manifestação, do PL/0290.3/2018, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, que dispõe sobre a divulgação e o combate ao assédio moral na Administração Pública do Estado de Santa Catarina que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade o parecer do relator. Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a reunião, da qual eu, Jéssica Camargo Geraldo, Chefe de Secretaria desta Comissão, lavrei esta Ata que, após lida e aprovada por todos os membros do colegiado, será assinada pela Senhora Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala de Reunião das Comissões, 09 de abril de 2019.

Deputada Paulinha

Presidente

* * *

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

Aos quatorze dias do mês de maio de dois mil e dezenove, às dezoito horas, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala das Comissões, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob a Presidência do Senhor Deputado João Amin, os Deputados Membros da Comissão de Transportes Jerry Comper, Marlene Fengler, e Luciane Carminatti. Havendo quorum regimental, o senhor Presidente abriu os trabalhos e colocou em discussão e votação o requerimento subscrito pelo deputado Ivan Naatz solicitando realização de audiência pública a ser realizada no município de Blumenau em local, data e hora a serem definidos, preferencialmente no mês de junho do corrente ano, com o objetivo de ouvir a população e as entidades de classe sobre a Rodovia SC-108 - obras do prolongamento da Via Expressa de Blumenau, considerando que o atendimento a esse pleito reveste-se da maior urgência e seus benefícios são considerados relevantes e de interesse público e propendem dar mais agilidade no trânsito, além de garantir mais qualidade de vida à população da região. O requerimento foi aprovado por unanimidade pelos senhores Deputados membros. Prosseguindo com a palavra, o Senhor Presidente Deputado João Amin agendou a próxima reunião ordinária, para dia 04 de junho de 2019, às 13 horas. Nada mais havendo a tratar o presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a reunião, da qual eu, Juliana Elena Bassetti, Chefe de Secretaria desta Comissão, lavrei esta Ata que, após lida e aprovada por todos os membros do colegiado, será assinada pelo Presidente da Comissão e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2019.

DEPUTADO JOÃO AMIN

Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano

* * *

CPI

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 22 DE MAIO DE 2019, ÀS 17H, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Boa tarde, senhoras Deputadas e senhores Deputados.

Havendo quórum regimental, vamos dar início a mais uma reunião da CPI da Ponte. E quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar as senhoras e os senhores telespectadores da TVAL, bem como as senhoras e os senhores ouvintes da Rádio Digital Alesc e as senhoras e os senhores que se fazem presentes aqui nesta tarde.

Os senhores Deputados receberam em seus respectivos gabinetes cópia das atas da 6ª, da 7ª e da 8ª reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência nº 0030.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem as queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que as aprovam, permaneçam como estão.

Aprovadas.

Recebemos o Ato da Mesa nº 0064 indicando a substituição do Deputado Kennedy Nunes pela Deputada Marlene Fengler na Comissão Parlamentar de Inquérito. Seja bem-vinda, Deputada.

Senhores Deputados, vamos então aos expedientes.

Recebemos expediente da Universidade Federal de Santa Catarina pedindo dilatação do prazo por mais trinta dias. Como recebemos esse ofício dia 30, então fica automaticamente prorrogado o prazo de trinta dias.

(O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone perguntando a razão do pedido de prorrogação.)

Para a entrega de documentos.

Senhores Deputados, também recebemos do Ministério Público - e deu entrada nesta Casa no dia 2, mas chegou nesta Comissão no dia 6 - expediente assinado pelo seu Procurador-Geral, o doutor Fernando da Silva Comin, anexando o ofício da 26ª Promotoria de Justiça da Comarca da Capital, assinado pela Procuradora *(sic)* de Justiça, senhora Darci Blatt. Diz a senhora Procuradora *(sic)* no ofício, endereçado ao Presidente desta Casa, Deputado Julio Garcia:

“Senhor Presidente,

O Ministério Público, por sua Promotora de Justiça, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no artigo 129 da Constituição Federal, tendo por fim instruir o Inquérito Civil em epígrafe, vem solicitar, por ser imprescindível para a investigação, no prazo de 10 (dez) dias úteis, informações sobre os temas que serão apurados na CPI, em especial, se os atuais contratos firmados com as empresas Teixeira Duarte e RMG Engenharia serão englobados pela comissão.

Outrossim, solicita, ao término da apuração, o encaminhamento do relatório conclusivo.”

Relatório do ofício da senhora Promotora.

Quero dizer aos senhores membros desta Comissão que vou encaminhar este ofício à Procuradoria da Casa para emitir parecer se temos competência ou não de encaminhar ao Ministério Público.

Também recebemos da Vivenda Construções, do senhor Sebastião Moraes Mattos, que esteve aqui depondo, [ofício] enviando respeitosamente informações e documentos, conforme acordado. Então eu passo [o documento] ao Relator para exame.

(Procede-se à entrega do documento ao Relator.)

Também recebemos ofício da testemunha, o senhor Roberto Borges Botelho, que havia sido convocado, comunicando que deixa de comparecer tendo em vista ter idade avançada e estar doente, não podendo se locomover de Minas Gerais para cá. Vamos, depois, tratar dessa questão.

Também o senhor Roberto Nogueira Costa comunica que deixa de comparecer em razão do custo de passagem aérea, transporte, hospedagem e alimentação.

Em razão disso, já sabendo dessas situações, enviei uma consulta à Procuradoria da Casa sobre se a CPI pode custear as despesas de locomoção, transporte de testemunha, e a resposta é afirmativa, é sim.

Então vamos tratar dessa questão com eventuais outros depoentes.

Eu pergunto ao senhor Relator, antes de ouvirmos a testemunha do dia, se tem requerimentos a serem apresentados, de novas testemunhas. Podemos tratar disso em gabinete, depois.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Então vamos chamar para o seu depoimento a testemunha, o senhor Edgar Antônio Roman.

Solicito à assessoria que encaminhe o senhor Edgar Antônio Roman a esta sala.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Pela ordem, o Deputado Bruno.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Na verdade, até para ficar claro aos outros membros, o que nós temos a requerer são só algumas solicitações a mais de documentos e outras convocações, de mais duas pessoas. Isso tudo o Presidente pode deliberar, mas apenas para que fique esclarecido aos outros membros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Fizemos em gabinete.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Está certo.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL MARLENE FENGLER - Presidente, posso só fazer um questionamento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Pela ordem, a Deputada Marlene.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL MARLENE FENGLER - Consulto se esses depoimentos não podem ser feitos via webconferência, em vez de termos que pagar uma passagem para essa pessoa se deslocar para cá. Não é uma alternativa? É muito mais barata e tão efetiva quanto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Vamos acolher a ideia de vossa excelência e fazer a consulta necessária para tal.

(O senhor depoente Edgar Antônio Roman adentra o recinto.)

Senhor Roman, por gentileza, pode tomar assento.

Senhores Deputados e senhoras Deputadas, já se encontra aqui à mesa a fotocópia da identidade do senhor Edgar Antônio Roman.

Senhor Edgar Antônio Roman, o senhor recebeu um ofício de convocação para estar hoje aqui - era na semana passada, infelizmente não houve possibilidade - para prestar depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência nº 0030, de 2019. O senhor tem conhecimento de que vem para dar um depoimento nesta Comissão?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) -

Quero que o senhor diga no microfone o seu nome completo, a sua data de nascimento, a sua profissão e o seu endereço, para que a Taquigrafia possa fazer a devida anotação.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Eu me chamo Edgar Antônio Roman... O que mais?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - A data de nascimento?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Eu nasci no dia 27 de novembro de 1948.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - A sua profissão?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Atualmente aposentado.

[Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Mas era...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Engenheiro civil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Engenheiro civil.

E o seu endereço completo? De residência, pode ser.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Rua Armínio Tavares, 67, apartamento 902.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O senhor promete dizer a verdade somente a verdade no dia de hoje?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O senhor também tem o direito de ficar calado, se assim entender. O senhor poderia se fazer acompanhar de um advogado, e pelo que vejo o senhor não veio com advogado.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) -

Então vou passar a palavra ao Relator da CPI para que possa fazer, por primeiro, as perguntas ao senhor Edgar Antônio Roman, e, depois, os senhores Deputados poderão complementar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Boa tarde, senhor Edgar. Agradeço muito a sua presença aqui, ela é importante para a continuação dos trabalhos que esta CPI tem se dedicado a fazer. Provavelmente entre no rol das CPIs com, talvez, o maior volume de documentos e maior necessidade também de ouvir pessoas que tiveram conhecimento sobre os fatos.

O senhor foi convidado a esta CPI porque era diretor-geral do DER na época da execução do Contrato 046/90, firmado com a empresa Vivenda; por ter assinado o 2º, o 3º, o 4º e o 5º Termos Aditivos ao contrato original; e também por ter sido diretor-geral do DER entre 15/3/91 a 31/12/94 e 4/01/99 a 31/12/2002. Por isso a nossa esperança de que a sua colaboração com esta CPI possa nos esclarecer alguns fatos.

Então, indo direto e objetivamente às perguntas, eu quero começar perguntando para o senhor: o senhor era diretor-geral do DER, como eu falei, em 3 de julho de 1991, quando da assinatura do 2º Termo Aditivo ao Contrato 046/90 com a empresa Vivenda Construções e Incorporações Ltda., que objetivou a execução de serviços de conservação e restauração da Ponte Hercílio Luz. No referido aditamento, assinado pelo senhor, consta uma assinatura como sendo do senhor Sebastião, sócio da empresa Vivenda. Ocorre que o senhor Sebastião, aqui nesta CPI, reconheceu nas oitivas que a assinatura colocada no instrumento contratual não é a dele.

Considerando que no documento consta uma assinatura como sendo sua, o senhor poderia identificar se, realmente, primeiro: é a sua assinatura? E depois: quem assinou o aditamento pela empresa contratada, haja vista que o senhor Sebastião não reconheceu a assinatura e afirmou que não autorizou ninguém a assinar qualquer documento da época em nome dele.

O contrato está ali, na tela atrás do senhor (é *mostrada imagem projetada em PowerPoint*), tem o seu nome e, ao lado, tem

essa assinatura - José -, que está ao lado da assinatura do senhor Sebastião. O senhor estava presente na?... Como assinou o contrato junto, nós temos a esperança que o senhor possa nos dizer quem assinou pelo senhor Sebastião.

(O senhor depoente olha para o documento projetado.)

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - É pra responder?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Posso também passar à mão de vossa senhoria uma cópia do documento para verificação.

(É entregue ao depoente cópia do documento para que ele analise.)

(Pausa.)

Vossa senhoria está com a palavra. Pode responder.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Olha, eu não me lembro e nem tô reconhecendo se é o seu José ou não é o seu José.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Na verdade...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não posso, não posso... não lembro, faz muito tempo. E... lendo aqui, eu tô vendo aqui, tem uma assinatura que parece José; agora, quem é esse cidadão, até hoje eu não me lembro mais, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor não?...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...não, não recorda?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Porque essa era uma das nossas grandes dúvidas, porque o senhor Sebastião, aqui, reconheceu que ele não era. Então nós tínhamos a esperança que o senhor, como diretor do DER à época, pudesse nos esclarecer quem assinou esses documentos no lugar do senhor Sebastião.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não tenho... a menor ideia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor supõe quem que teria essa... já que não foi a empre... a empresa não autorizou ninguém a assinar pela empresa, o senhor tem ideia de quem poderia ter assinado?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não tenho a menor ideia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas o senhor era o diretor à época do contrato.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não, né, o contrato tá aqui, tá a minha assinatura, né? Desse termo aditivo, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Certo.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Mas quem assinou nesse local aqui eu não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor lembra de alguém chamado José?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Que trabalhava com o senhor, trabalhava na sua equipe à época?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Nenhum José?

(O senhor depoente gesticula com a cabeça que não.)

O.k.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Tá o.k., obrigado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Edgar, o senhor foi diretor do DER também em 15/3/91 a 31/12/94 e assinou o 2º, o 3º, o 4º e o 5º aditamentos ao Contrato 46/90, também firmado com a Vivenda. Quatro meses antes de o senhor assumir a direção-geral do DER, foi firmado um termo aditivo que elevou o valor do referido contrato de Cr\$ 34.401,00 (*sic*) para Cr\$ 15.304.401,00. O senhor lembra desse aditamento?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Sinceramente eu não me lembro. Muito tempo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O 2º Termo Aditivo ao contrato, esse mesmo Contrato 46/90, elevou de Cr\$ 15.304.401,00 para Cr\$ 45.304.401,52 o valor do contrato (Cr\$ 30 milhões de acréscimo). E o 5º Termo Aditivo elevou de Cr\$ 45.304.401,52 para Cr\$ 63.304.000,00 o valor do contrato (Cr\$ 18 milhões de acréscimo no total), tendo sido firmado cerca de um mês e meio, 45 dias, antes do encerramento do contrato; 45 dias antes do

encerramento do contrato foi firmado mais um aditamento, aumentando o valor do contrato em mais de Cr\$ 18 milhões.

A que se referiam esses aditamentos? Houve algum acréscimo nos serviços contratados?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Ora, com certeza, né? Eu não me lembro desses acréscimos, nem desses aditamentos. Pra mim, na minha cabeça aqui, tá um ponto negro, né, nesses valores. Então eu me lembro muito bem que os contratos, que o... no meu período foram com a Roca-TEC. Essa Vivenda, eu não me lembro de ter trabalhado com ela no Departamento de Estradas de Rodagem na época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim. Na verdade o senhor assinou quatro aditivos com ela...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Pois é, até eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...além do...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - ...tô surpreso com isso também, mas eu acho que na época...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Era a sua assinatura. Mas o senhor reconhece a sua assinatura do aditivo?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - É, a rubrica é minha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas o senhor não lembra desses aditivos...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não, não lembro...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...e das razões?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não lembro, não lembro, não lembro, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Edgar, as desapropriações ocorriam antes da contratação das obras?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Dá para repetir a pergunta?

[Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Edgar, as desapropriações ocorriam antes da contratação das obras? O senhor, como diretor, o senhor se recorda se as desapropriações ocorriam antes da contratação das obras? Porque o Ofício 8/97, de 27/11/97, informa que o Contrato - um outro contrato, na época em que o senhor era diretor - PJ 132/96 foi aditado para atender a um Plano Emergencial de Trabalho e Estabilização dos vãos 19, 20 e 24, a fim de restaurar os viadutos de acesso, do lado da Ilha, trecho compreendido entre o encontro e a ancoragem - o senhor como engenheiro está familiarizado com os termos.

Contudo, o engenheiro Antônio Xavier relata que a desmontagem do vão 20 não foi possível em razão da existência de construções sob a ponte, que impediu o acesso e a operação de equipamentos especiais. E tem um processo de desapropriação, o DERP 12.123/978.

O senhor lembra se essas desapropriações aconteciam antes da contratação das obras?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Eu acho que não, não, eu não me lembro. Acho que não houveram nem desapropriações lá na... em torno da Ponte Hercílio Luz. No meu período, eu não fiz nenhuma desapropriação lá, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então as obras, mesmo precisando usar aquele espaço para fazer as obras, para os equipamentos, não era feita a desapropriação?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não, nunca foi feito no meu período desapropriação, não, que eu me lembre.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Nunca houve preocupação com desapropriação no seu período então?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não... Não é que não houve preocupação, é que não necessitava, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Na verdade, existe o relato do senhor Antônio Carlos Xavier relatando justamente que não pôde fazer porque havia uma... incidiam construções sob a ponte.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não, existia um pessoal que residiam lá, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então havia residências.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Mas não foram tomado providências na minha época de desapropriar ninguém, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Certo. Então não houve preocupação com a desapropriação?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não, não houveram.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Certo. Entendi.

Senhor Edgar, na década de 1980 quem executava os serviços de manutenção na Ponte Hercílio Luz era a empresa Roca, como o senhor mesmo bem lembrou. Ocorre que no início da década de 90 a empresa Vivenda passou a realizar os serviços até janeiro de 1992 - no começo de 1990 até janeiro de 92 -, sendo que ao final de 92 a Roca retornou à Ponte Hercílio Luz para a execução dos serviços de conservação através do Contrato 88/92, firmado com o Consórcio Roca-TEC em 15/12/92, assinado pelo senhor, se o senhor assinou esse contrato do retorno da Roca para a Ponte Hercílio Luz.

O senhor sabe explicar os motivos pelos quais a empresa Roca deixou de prestar os serviços na Ponte Hercílio Luz entre 90 e o final de 92?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Ah, houve um período que foi paralisado, né, falta de recursos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não, na verdade teve uma outra empresa que prestou esse serviço.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não, não me lembro.

Quem trabalhou lá na época foi a Tec Engenharia e a Roca-TEC, que era um consórcio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então o senhor não lembra se os serviços contratados com a Vivenda foram realizados no...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não, não. Eu não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor não lembra da empresa atuando na ponte?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Eu não... Eu não lembro e não tive... Não me lembro nada com a Vivenda nem... não conheço essa empresa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor não conhece a empresa?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Eu não conheço a empresa. Eu nunca trabalhei com ela.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Na verdade o senhor...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Eu soube... No final houve, houve... inclusive algum litígio judicial junto com, com o DER, porque a empresa Vivenda ela não cumpria... deixou de cumprir os serviços lá na ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então o senhor lembrou da Vivenda?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não, mas não como ela... trabalhando, como empreiteira, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor não lembra da Vivenda trabalhando como empreiteira?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não, não lembro. Eu nunca tive...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas como foi que assinou quatro aditivos com a (*ininteligível*) empresa?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Esses, esses aditivos eles vinham normalmente feito pela procuradoria jurídica, eram encaminhado pra gente, né, pra, pra acertar os. os contratos em andamento, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas se não estavam em andamento... O senhor acabou de alegar que não estava em andamento.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Mas a... eu, eu não me lembro direito, né, mas acho que já deviam, já deviam ter... esses aditivo já deviam estar pronto na época, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas prontos em datas tão diferentes?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Bom, pode ser.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então o senhor é... Só para organizarmos a ideia para que fique registrado. O senhor não lembra da empresa Vivenda prestando serviço na Ponte Hercílio Luz?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não, não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas assinou cinco aditivos com a empresa Vivenda, mesmo assim.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Também tô surpreso com esses aditivos aí que eu assinei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor lembra que a empresa Vivenda não trabalhou...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...mas assinou os aditivos? O.k.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não, não é bem assim. Eu posso ter assinado a, a, a empresa não... estava com o contrato, né, mas não estava prestando serviço na época. Eu não me lembro de ter feito nenhum pagamento pra essa empresa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas, se o senhor lembra que a empresa não estava prestando serviço para a Ponte Hercílio Luz, por que o senhor assinou os aditivos?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - É uma boa pergunta, eu não sei te responder, viu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O.k.

Em 17/03/93 foi assinado, também pelo senhor, o Contrato PJ 001/93 com a empresa Steinman, que tinha como objeto serviços de avaliação estrutural e concepção de projeto conceitual de recuperação da Ponte Hercílio Luz. Seu valor inicial era de US\$ 739 mil. Como se deu essa contratação?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - A empresa Steinman ela foi a construtora da obra, e foi solicitado pra que ela fizesse um parecer técnico da viabilidade de recuperação dessa ponte. Eu não me lembro, mas acho que foi feito através de uma dispensa de licitação, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Exato. E na...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - ...lembro de ter sido feito licitação, ela foi convidada pra fazer esse...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Na verdade, é a pergunta seguinte. Houve uma licitação, só que o problema é que a dispensa de licitação feita à época... houve uma dispensa de licitação em um valor maior em favor da empresa Steinman, mesmo quando essa já se encontrava vencedora de uma licitação anterior, a Concorrência nº 24/91. Considerando que a solicitação de rescisão ocorreu em 30/6/92 - é importante se ater às datas aqui, 30/6/92 - e a aprovação da dispensa ocorreu em 16/7/92 pelo Governador do Estado à época, Wilson Kleinübing, por que aconteceu isso? A empresa tinha vencido uma licitação, entretanto foi desconsiderada essa licitação, e alguns dias depois foi feito uma dispensa de licitação para a mesma empresa fazer o mesmo serviço por um valor maior. Por que isso aconteceu?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Eu não sei. Não me lembro. Não tenho a menor idéia. Sei que foi feita uma dispensa de licitação única, foi feito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Depois da empresa já ter vencido uma licitação que foi cancelada? O senhor não...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor não lembra desse cancelamento?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não lembra?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Ainda acerca do Contrato 001/93, a empresa Esteio Engenharia e Aerolevantamentos S.A. fez parte dessa contratação? O senhor lembra? Esse mesmo contrato, o senhor lembra da empresa Esteio Engenharia...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Da dispensa de licitação, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Isso.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor lembra?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Lembro. [Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Qual foi a participação da empresa no contrato, especificamente com relação aos serviços encomendados?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Ela dava assessoria técnica pros, pros americanos que vinham aí, né, e conduziam os relatórios de, de, de trabalho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Conduziam os relatórios de trabalho?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - É, eles fizeram uma espécie de um consórcio, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O que de fato foi executado nesse contrato? O senhor lembra?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - O que a empresa americana fez, fez um relatório da viabilidade de recuperação da ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E esse re...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - E deu as coordenadas pra fazer um projeto... era pra... era pra fazer um anteprojeto, mas ela não entregou esse anteprojeto pra nós.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Ela não entregou?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mesmo com um contrato de quase US\$ 800 mil ela não...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - É. Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Ela não entregou? Pois então...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Ela fez um relato muito sucinto e não fez aquilo que nós esperávamos que fosse de fazer um tipo de um anteprojeto e... e... E adeus, até logo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então ela não apresentou solução técnica alguma?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não. Não, não que me lembre. Tanto que nós tivemos de contratar, depois, mais tarde, foi contratado um projeto final pra essa... pra restauração dessa ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E o senhor lembra dos pagamentos à Steinman?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Eu... eu acho que foi feito os pagamentos, sim, de acordo com o cronograma que tinha sido acordado na época, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então houve o pagamento, mas não houve a entrega do projeto pela Steinman?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Houve a entrega de outros relatórios que não deram os dados suficientes pra que a gente... fosse elaborado um projeto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor considera então que não foi entregue o objeto do contrato licitatório?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não, não, na época, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não foi... não foi entregue? O.k.

No final dos anos 1990 também se iniciou um movimento no Estado de buscar uma contratação de um novo projeto, em nível nacional, que resultou na contratação, através de convênio com o DNER, hoje DNIT, da Sondotécnica Engenharia (Consórcio Sondotécnica-Ingérop), no ano 2000, período em que o senhor também era diretor-geral do DER. Quais os motivos de novamente ser contratado outro projeto e não ser utilizado na verdade aqueles relatórios? Aqueles relatórios não serviram?...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...pra embasar?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não, não serviram. Eles não deram elementos suficientes pra que se pudesse fazer uma licitação ou mesmo não deixaram com clareza... clareza necessária, que a ponte era recuperável.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então o senhor considera que pela não entrega do objeto da Steinman, foi necessário fazer essa nova contratação?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Foi necessário fazer o novo projeto, sim, que foi feito um projeto final de engenharia através de convênio... governo federal, através do DNIT.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E esse... e esse...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Aí o Estado não participou com nada, né, nessa contratação desse projeto novo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Como assim não participou com nada? Não...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - É... Foi o DNER que pagou tudo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Ah, foi o DNER que pagou tudo?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas, mesmo... da mesma forma, mas o DNER acompanhou e super...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Através de engenheiro numa comissão mista, com engenheiros do DNER e engenheiro do DER...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Hum, hum.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - ...fizeram o acompanhamento desse projeto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então o senhor considera... Então o projeto passou por supervisão técnica de vocês, então?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Do DER.

E o DER apresentou alguma sugestão técnica para elaborar o projeto ou para a escolha de solução?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não, veja bem. A... esse projeto dessa ponte é um projeto muito... complicado. Não é qualquer é, é... como se diz, não é um projeto qualquer de uma ponte simples, não. É um projeto até muito desconhecido por todos os técnicos brasileiros, não é? Portanto que a gente pediu auxílio a quem projetou a ponte, quem construiu a ponte, e se manifestou, porque era um... é um monumento que está aí, né, diferente de todas as outras construções.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas então para registro...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - O, o, o que eu fiz na época foi nomear uma comissão técnica para acompanhar a elaboração dos projetos, que eram fiscalizados e acompanhados pelo DNER.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E essa comissão apresentou alguma sugestão técnica ao projeto?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Ah, naturalmente que apresentou. A comissão apresentou, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O.k.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Posso dizer até o nome do engenheiro que era o responsável por isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Por favor.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Engenheiro Wilson Kopsch.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Wilson?...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Kopsch. K, o, p... Kopsch.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Em 6/6/97 foi assinado o Convênio 894/97 com a UFSC. No referido convênio foi entregue, junto com o estudo da estrutura, uma solução de recuperação da Ponte Hercílio Luz. Por que não foi adotada a solução de recuperação proposta pela UFSC?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não sei te dizer, mas eu acho que a solução que a Universidade Federal apresentou não era satisfatória, não, no meu entendimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor acredita que não era, então, uma solução viável?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Tendo em vista que vários convênios foram firmados e estudos para soluções técnicas foram contratados com a UFSC anteriormente, nas décadas de 80 e 90, com o intuito de apresentar soluções de recuperação, com essa mesma intenção, apresentar soluções técnicas para a ponte, o senhor acredita que tais estudos se justificam técnica e economicamente? Porque já tinham acontecido dois outros contratos anteriormente, então houve um terceiro que também não ofereceu solução técnica. O senhor acredita que esses estudos se justificavam economicamente?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Eu, eu acredito, eu acredito que... foi solicitado, foi a... a prestação de serviços por parte da Universidade, mas ela nunca trouxe soluções para, para, para o problema da ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Pois é, pela terceira vez, na verdade, ela não trouxe.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não trouxeram.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E por que teve três tentativas, o senhor pode me dizer?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não sei, eram interferências que existiam na época, né, inclusive políticas, mas a Universidade deixou... deixou a desejar nos seus, nos seus relatórios.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim, mas...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não teve, não teve nenhum relatório do, da Universidade que foi aproveitado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Justamente por isso, quando o senhor se refere à interferência política, o senhor pode discorrer um pouco mais sobre isso? Pode explicar para esta Comissão?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não, não posso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O.k.

Mas era de ciência dos senhores que já havia dois outros e que a UFSC não trazia, como o senhor mesmo falou, nunca trouxe solução técnica viável.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O.k.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor também assinou o Contrato 315/94, firmado entre o DER e o Consórcio Roca-TEC, que objetivou a execução de serviços de conservação e manutenção das Pontes Hercílio Luz, Colombo Machado Salles e Pedro Ivo Campos. Especificamente, quais eram os serviços de conservação e manutenção contratados?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Na Ponte Hercílio Luz, né? [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Isso, mas é que esse contrato, na verdade, foi um contrato feito para as três pontes, né?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então eu queria saber especificamente...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Eu não tô lembrado disso, mas eles... me lembro da Ponte Hercílio, Hercílio Luz. O que realmente eram feito lá, era um serviço de manutenção e conservação da... da... dos viadutos, né? Ou seja, dos serviços de jateamento, pintura e substituição de placas ou peças avariadas pela... Com o tempo, né? Então eram feito as substituições dessas peças.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Certo.

Foi contratado algum serviço, o senhor lembra - isso para o nosso estudo é muito importante -, o senhor lembra se foi contratado algum serviço, especificamente nas barras de olhais?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Em relatório de atividade e serviços executados referentes ao Contrato 315/94, é descrita a seguinte atividade com realizada: "vistoria nas barras de olhal e apoios, de maneira prática e não técnica, pelo supervisor de obras Sr. Ivo Pelegrini". Esse tipo de serviço era recorrente? Qual a finalidade de uma vistoria prática e não técnica?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Aquilo era pra verificar se os... se o processo estava em andamento ou tinha estabilizado. Então esse senhor era um, era um... Seu Ivo, né, que tu falou?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ã-hã.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - É um funcionário antigo lá da (*ininteligível*)... Acho que é o funcionário mais antigo da ponte, um cara que conhecia... conhecia muito da ponte, e era um excelente técnico, conhecedor da ponte. Então ele fazia essas inspeções para verificar se tava...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Ele era engenheiro?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não era engenheiro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então era um não engenheiro que fazia a verificação da ponte?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Fazia a verificação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Entre 1982 e 2000 o Estado de Santa Catarina contratou inúmeros projetos, estudos, propostas de soluções técnicas, entre outros instrumentos, objetivando a recuperação da Ponte Hercílio Luz, com diversos agentes, tais como as empresas Usimec (contrato de 1982 até 1987), Steinman (em 1993), a UFSC (em 1982, 1989 e 1997), e o Consórcio Sondotécnica-Ingérop (em 2000, através de convênio com o DNIT), sendo que nenhum deles obteve sucesso em restaurar a ponte, ao passo que a grande maioria sequer saiu do papel.

Senhor Edgar, qual o motivo de o Estado contratar tantos estudos e projetos, sucessivamente, e não executá-los, não colocá-los em prática? O senhor considera adequado, do ponto de vista econômico, tal prática?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Olha, eu vou te responder como uma pergunta, essa, essa pergunta. Os serviços, os projeto de contratação dos projeto eram feitos na tentativa de buscar a melhor solução. Todas essas tentativas elas foram praticamente frustradas, com exceção da última, foi feito, elaborado um projeto através de convênio com o DNER, né, que teve por fim um projeto final de engenharia pra restaurar esta ponte. Os outros estudos eram apenas estudos superficiais, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Pois então, eu...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - E que todos eles nos deixaram com muita dúvida a respeito da solução, porque a solução para esta ponte, como vocês estão vendo até hoje, ela não é muito fácil não, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor... Diante de tantos contratos eu me pergunto, e também de acordo com o que o senhor relatou: existia algum tipo de interferência ao trabalho técnico dos senhores em relação à contratação de tantos estudos?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Eu acredito que não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor nunca foi pressionado a contratar algum estudo?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Porque do ponto de vista econômico, parece-me que foi contratada uma série de estudos, e nenhum nunca oferecia a solução, porque os senhores nunca estavam satisfeitos, mas eram alguns estudos, como o senhor mesmo falou, como o da Steinman, que nem o projeto entregue foi. Havia alguma interferência política nisso?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não, nunca houve interferência política em cima disso, muito pelo contrário. Essa interferência política que existia era pra que houvesse a execução de projetos capaz de se contratar a... um dia, né, se fosse possível, a contratação definitiva da recuperação da ponte, né? Todos esses que tu se referiu anteriormente, nenhum projeto desse ou anteprojeto, eu não chamaria isso de projetos, anteprojeto, relatórios, como os da universidade, não houve execução de projeto nenhum, houve relatórios. Queriam... no local faziam os levantamentos, mas nada de concreto era apresentado para o DER, né? Então, na tentativa mais correta, finalmente foi esse último, contratação através do, do, do DNER, porque era um projeto caro, não era um projeto de custo pequeno, não, custo muito alto. No entanto, eu nem me lembro o custo desse último projeto o quanto que foi, mas foi alto, com certeza, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim, foi alto e, na verdade... Mas os senhores já tinham noção disso nos projetos anteriores, que era um projeto difícil, complicado tecnicamente.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Sim, exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E por que da insistência em projetos que não poderiam apresentar... que já era provável e sabido que talvez não oferecessem as soluções?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não, toda vida nós buscamos soluções. Sempre se encomendava um relatório, um anteprojeto era na... com a finalidade de buscar uma melhor solução pra recuperar a ponte, né? Mas a gente não tinha encontrado solução final, né? E acredito que... Depois eu saí, não sei qual foi o projeto utilizado pra restauração da ponte, mas... acho que foi até alterado o projeto feito através de convênio do DNER com o que hoje a situação está aí. Pelo menos quando eu passo lá e vejo, as noções que eu tinha da, da... do projeto de restauração da ponte não é isso que tá sendo feito aí não, houve modificação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - No 2º Termo Aditivo do Contrato PJ 88/92, de 5 de maio de 1994 (*sic*), firmado com o Consórcio Roca-TEC, onde consta também o nome do senhor, consta também aquela mesma assinatura, novamente, constante do 2º Termo Aditivo ao Contrato 46/90, de 1991, firmado com a empresa Vivenda, que não foi reconhecida, como falamos, pelo senhor Sebastião, sendo que agora a referida assinatura consta no local reservado ao senhor Raul Ozório de Almeida, sócio da Construtora Roca.

O senhor pode dar uma olhada no documento ali também, nós vamos colocar em tela o documento. (*É mostrada imagem projetada em PowerPoint.*) [Transcrição: Ana Clara Mota]

Essa mesma assinatura, num contrato que o senhor novamente também assinou, aparece essa assinatura misteriosa, mas agora em cima de outro nome. (*O senhor depoente analisa em mãos o documento então projetado.*) O senhor reconhece a assinatura nesse novo termo aditivo, também sob a sua supervisão?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Esse aqui é da Roca-TEC, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Exato. Isso.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - A Roca-TEC foi presente, sim, eu assinei os convênios tudo com eles e ele tinha, convênio, não, contrato, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não, eu só lhe...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Agora, essa assinatura aqui eu não estou reconhecendo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - É a mesma que apareceu no contrato com a Vivenda.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - A mesma que apareceu, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas como que uma assinatura pode aparecer tão constantemente em épocas diferentes e todas sob a supervisão também do senhor?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Eu... eu... me passando, assim, pela minha memória que pode ser que essas empresas, por exemplo, na empresa de Curitiba eles tinham repre... como é que é?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não é o caso, porque neste caso são duas empresas distintas...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...e o senhor Sebastião deixou bem claro que ele não tinha preposto algum para assinar por ele.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Ah, tudo bem. Mas eu não reconheço isso aí. Pode ser que alguém... algum preposto dessas empresas com esse nome aí. Só pode ser.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas que assinou... aqui ele assinou...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Procurador.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim, é que assim...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Algum procurador... esse cidadão José (*ininteligível*)...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - É que para essa hipótese ser verdadeira...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - ...pode ter sido procuradores dessas empresas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - É que para essa hipótese ser correta, esse senhor deveria ter sido procurador da Vivenda e depois se tornado procurador da empresa concorrente que venceu a Vivenda, e assinado, ainda, em cima de outro nome, de um terceiro nome agora. E não há nenhuma também, nenhuma indicação ali que seja...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Eu não sei te explicar isso direito aí, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor não tem ideia então de quem pode ser esse nome?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não, não tenho a menor ideia. Nem conheço esse tal de José, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Era prática, durante a sua gestão como diretor, pessoas não autorizadas pelas empresas e não constantes no instrumento contratual, assinarem aditivos?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas acontece. Não aconteceu?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não, não sei, porque isso vinha da Procuradoria Jurídica e eles tinham que tá credenciado, né, na Procuradoria Jurídica como procurador com os documentos, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O que o senhor está me dizendo é que já vinha assinando para o senhor?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não. Não estou dizendo isso, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Era assinado na sua presença?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não era?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então vinha assinado?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Vinha assinado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então já vinha assinado pro senhor e o senhor...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Já, já vinha assinado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...só dava a sua assinatura...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - A minha assinatura.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então já chegava até o senhor com a assinatura?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então o senhor acredita que essa assinatura, por exemplo, já... pelo que o senhor me relatou, essa assinatura já veio da Procuradoria, então?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Já vinha... o documento já vinha pronto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Provavelmente... Então o senhor acredita que essa já veio pronta da Procuradoria?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Também, também. Era de praxe, assim... todos os contratos eram feitos assim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Quem era o procurador jurídico na época?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Na primeira... na primeira gestão minha era o senhor Odorico Ferreira, advogado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Quem?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Adolar Odorico Ferreira.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Adolar Adorico...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Odorico Ferreira.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Odorico Ferreira. E nos outros contratos?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - No segundo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Isso, no segundo período.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - No segundo período é o engenheiro, aliás, o advogado Márcio... *(pausa)*. Agora não me lembro, falou o sobrenome dele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas, então, era prática normal vir esses contratos já assinados para o senhor?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Já, prontinho pra só pegar a minha assinatura...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Já com as assinaturas para o senhor pegar...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor nunca se questionou o porquê essa assinatura tava...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A mesma assinatura em diversos contratos?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Edgar, o senhor tem mais alguma informação que queira compartilhar com esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que julgue ser relevante para a elucidação dos eventos e fatos aqui abordados e tratados?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não, eu não tenho, eu só... Eu não tenho mais informações a dar, colaborar a respeito, né, só que são... foram atos praticados há muito tempo atrás. Então eu tenho... minha memória não é mais de gente tão jovem assim que se lembra tudo. Passou, eu me esqueço de muitas coisas. Já estou com mais de 70 anos, né? E esses fatos aí fazem mais de vinte anos, né? Então eu não tenho, assim, com clareza... você colocou datas e datas e datas, uma atrás da outra, eu não consegui aqui fazer uma assimilação, computar isso aí, né? Mas... que nem o caso da Vivenda, eu tô estranhando, porque a Vivenda não trabalhou no meu período!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - É, segundo...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - É...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Nós também estamos estranhando...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - ...não prestou serviço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...porque no segundo contrato prestou, assinado pelo senhor, na verdade

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - É, mas não prestou os serviços lá na ponte. Quando eu assumi, já tava encerrado, já tava parada... paralisação...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas o senhor assinou mais quatro aditivos com a Vivenda.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Pois é, isso que eu tô estranhando, como é que é isso aqui...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E era a sua assinatura.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - ...que eu não me lembro direito como é que foi isso aí, mas, com certeza, se eu assinei isso aqui, é porque as coisas estavam corretas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Como era o interesse político sobre a Ponte Hercílio Luz na época? Como era o acompanhamento?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Eu não tô entendendo a tua pergunta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não... Quem eram os interessados, os maiores interessados à época... quem que... existiu... o senhor lembra de alguém que... de alguns interessados em saber do andamento, como não estava, como ia, como não ia. O senhor lembra de...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não, na época eu prestava conta ao Secretário de Transportes e ao Governador, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Que era sempre questionado a... pelos Governadores, tanto pelo Kleinübing, como o... depois com o Esperidião Amin, que eles tinham a vontade de restaurar a ponte, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor diria que era uma prioridade, que era uma...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Era uma prioridade e que... como é que se diz? Trabalhavam, lutavam junto com a gente para...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - ...até fazer esses grandes números de estudos, para ver se existia uma viabilidade técnica e econômica, porque...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - ...os... o difícil, além de fazer todos esses estudos, era os recursos para pagar isso aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor tinha...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Eram difíceis, né? E muito mais difícil para fazer a restauração da ponte. Nós sabíamos que ia custar uma ponte nova ou mais.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E o senhor tinha esse contato direto com eles?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Com os... com o Governador e com o Secretário?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Isso.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Tinha, claro!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim. O senhor se comunicava com os Governadores, então?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Sim, claro!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Se comunicava diretamente. Essa prestação de contas era formalizada?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não, era...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Ou era verbal?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Verbal, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Era verbal?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Verbal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Certo.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - O Governador Esperidião muito questionou pra que os projetos saíssem, né, e houvesse uma solução definitiva para esta ponte, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Presidente, eu, no momento, me dou satisfeito com as perguntas. Só me reservo ao final o direito de, se eu puder, fazer mais um questionamento, caso a gente queira.

Muito obrigado. *[Transcrição: Bruna Maria Scalco]*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Terminada a participação do Deputado Bruno, eu pergunto aos senhores Deputados se há alguma pergunta a fazer.

(O senhor Presidente pergunta diretamente ao Deputado Jessé Lopes, ao Deputado Sargento Lima, ao Deputado João Amin, ao Deputado Fernando Krelling e à Deputada Luciane Carminatti. Todos declinam.) (Pausa.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Eu tenho mais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Vossa excelência pode fazer a pergunta, depois eu faço o encerramento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Na verdade eu acabei pulando aqui...

O senhor lembra, quando se falava em capacidade de reabilitação, o senhor lembra se comentavam se havia ou não a disponibilidade financeira para a reabilitação da ponte? Se era algo viável economicamente, se o Estado tinha dinheiro para a reabilitação?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não, era uma questão que estava... Se discutia muito...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Está desligado o microfone.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não, era uma questão muito discutida, tecnicamente e a viabilidade de se recuperar essa ponte, porque os custos, já se sabia que eram elevados pra recuperar essa ponte. Haveria comparações feitas com execução de uma obra como a Colombo Salles ou a Pedro Ivo, que custariam menos do que a restauração dessa ponte. Porém, sempre foi colocado que a ponte é um negócio que faz parte do Estado de Santa Catarina, não da cidade, mas, sim, do Estado, como um monumento histórico, né, um monumento que diz... Florianópolis, qualquer coisa, lembra a ponte, a ponte diz Florianópolis, né, e é um negócio cultural também daqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Hum, hum.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Então isso levou muito em consideração. O peso, tecnicamente, era se demolir essa ponte e construir uma nova, mas todos esses fatores que eu citei aí, de ser um monumento histórico em Santa Catarina, não permitiu (*sic*), é que lutaram pra que a ponte não caísse, né, e estão lutando até hoje, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Satisfeito, Deputado? (*O senhor Relator, Deputado Bruno Souza, gesticula com a cabeça que sim.*)

Senhores Deputados, senhor Edgar Antônio Roman... Deputado Bruno, eu gostaria que vossa excelência repetisse quais os dois períodos que o doutor Edgar Antônio Roman foi diretor-geral do DER.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Ele foi diretor-geral do DER entre 15 de março de 91 e 31 de dezembro de 94 e entre 4 de janeiro de 99 e 31 de dezembro de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Antes de eu perguntar ao senhor Edgar, quero contar uma pequena história, para contextualizar depois as minhas perguntas para poder entender bem - e o doutor Edgar há de se lembrar bem, deve até ter conhecido por ter sido servidor público por muitos anos. O senhor lembra do diretor do Tesouro, o doutor Balança, né? O diretor do Tesouro antigamente era o Balança, né?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Não lembra ?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Mas antigamente o Balança era diretor do Tesouro - isso contado pelo meu pai - e o servidor público fazia o vale, muitos servidores faziam o vale todo mês. O Tesouro funcionava onde hoje é o prédio da Prefeitura Municipal, o gabinete do Prefeito, e o Balança já sabia quem queria fazer o vale e todo mês preparava um envelopezinho com um dinheirinho, e o servidor ia lá fazer o vale e era descontado no final do mês.

Por que eu faço essa introdução na minha fala? Porque é claro que antigamente não tínhamos a tecnologia que temos hoje, de pegar o telefone e fazer transferência de numerário *online*, enfim, em qualquer canto.

Eu quero perguntar para o doutor Edgar o seguinte: evidentemente que o DER tinha um engenheiro responsável pela obra da ponte. Era isso?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Era.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O senhor pode citar, nos seus períodos, quais os engenheiros, ou os principais, ou o principal engenheiro que cuidava da manutenção da ponte?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Olha, o engenheiro Itamar Flâmia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O senhor pode falar mais perto microfone.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - O engenheiro Itamar Flâmia no primeiro período, e no segundo período o engenheiro Arnoldo Martins.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Muito obrigado.

Esses engenheiros naturalmente preenchiam a planilha das obras que eram realizadas.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Eles eram diretor da, da, do, da, da área...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - E eles preenchiam as planilhas?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - ...e lá no campo tinham a comissão que faziam as medições.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Que faziam as medições. O.k.

Essas medições eram encaminhadas para a sede geral do DER?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Isso, pra diretoria, para as devidas... Diretoria de Operações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - A Diretoria de Operação fazia a devida verificação e se tudo estivesse correto, encaminhava para a parte financeira?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Para começar a providenciar o pagamento?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Era isso?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Esse era o rito?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - O rito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Pois bem, os pagamentos, em razão da falta de tecnologia, eram feitos para as empresas em moeda corrente, ou cheque, ou o DER depositava em conta?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Era feito ordens bancárias, né, depositado em conta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O DER nunca fez pagamento em moeda corrente?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Nunca. No meu período, na minha gestão, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Fez pagamento em cheque?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Também não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Só depósito bancário?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Só depósito bancário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Quem assinava esses depósitos bancários?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Assinatura de, de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Normalmente tinha que ter duas assinaturas no Estado.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - A assinatura final era minha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Sua?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - É, minha e do diretor... é...

depois de fazer a tramitação geral de todas as diretorias, passado por procuradoria jurídica, todo parecer, ia pra Diretoria Administrativo-Financeira, que fazia os empenhos e encaminhava pra mim as ordens bancárias para pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Quem no DER autorizava a fazer os aditivos aos contratos?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Os aditivos eram solicitados através das diretorias competentes, Diretoria de Operações, e eram encaminhados pra mim já totalmente elaborado, com quantitativos, planilhas de cálculos, de verificação, pra assinar, pra mim assinar e eram aprovados pelo Conselho Administrativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Ah, então na época o DER tinha um Conselho?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Tem um Conselho, sempre teve.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Esse Conselho é que examinava...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - E aprovava...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - ...e sugeria a aprovação do aditivo?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Pra aprovar os aditivos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - E o senhor simplesmente homologava isso?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Eu homologava, encaminhava...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O.k.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Quem homologava era o Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O Conselho, sim, e o senhor executava o que o Conselho determinava.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Eu me dou por satisfeito.

Senhores Deputados, pergunto a vossas senhorias se têm mais alguma pergunta. *(Pausa.)*

Não havendo [mais perguntas], eu agradeço ao senhor Edgar Antônio Roman e peço à assessoria que o encaminhe, por gentileza. O senhor está dispensado e muito obrigado pela sua participação.

(O senhor Edgar Antônio Roman se retira do recinto.)

Senhores Deputados, não havendo mais nada a deliberar, dou por encerrada a presente reunião. Muito obrigado e boa noite para todos. *(Ata sem revisão dos oradores.)* [Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini / Leitura final: taquígrafa Siomara G. Videira]

**DEPUTADO ESTADUAL MARCOS VIEIRA
PRESIDENTE DA CPI**

* * *

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1698, de 10 de junho de 2019

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no art. 18, II, III, IV, IX e XIII, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

CONSIDERANDO os fatos noticiados pela Diretoria de Comunicação Social, por intermédio dos ofícios nº 038, 039, 040, 041, 042 e 043/19, bem como respectiva recomendação da Controladoria-Geral constante na Informação nº 010/19, de 09 de maio de 2019, dando conta, inicialmente, que a empresa Broadcast Produção e Locação Eireli emitiu as seguintes notas fiscais nº 107/2019, 108/2019, 109/2019, 110/2019, 162/2019 e 163/2019, referentes, em tese, a serviços prestados e estabelecidos no contrato nº 007/18, cujo atual fiscal do contrato afirmou não apresentar condições fáticas de certifica-las por referirem-se ao ano de 2018; que a comprovação da efetiva prestação das locações deve ocorrer por intermédio de procedimento administrativo específico; e que, se comprovada efetiva prestação de serviços, para aqueles acima do limite legal contratado (50 diárias), o respectivo pagamento deve ocorrer na forma de processo de indenização;

RESOLVE, com fundamento no art. 59 da lei 8.666/93; art. 63, § 2º, III, da lei nº 4.320/64; e art. 884 do Código Civil (lei nº 10.406/02):

Art. 1º **DETERMINAR** a instauração de **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº DG-ProcAdm-001/2019**, a fim de se apurar a efetiva prestação e entrega dos serviços mencionados nas notas fiscais acima descritas.

Art. 2º **DESIGNAR** o servidor Luciano de Carvalho Oliveira, matrícula nº 1149, atualmente lotado na Diretoria de Comunicação Social, para dar cumprimento ao disposto no artigo anterior,

Art. 3º Para bem cumprir as suas atribuições, o servidor designado terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer declarações, depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º O servidor, designado no Art. 2º, terá o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação desta Portaria, para a apuração dos fatos e elaboração de relatório final conclusivo, dando ciência ao Diretor-Geral.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

* * *

PORTARIA Nº 1699, de 10 de junho de 2019

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no Ato da Mesa nº 174, de 30 de agosto de 2007, redação dada pelo Ato da Mesa nº 225/2009, de 1º/7/2009,

DESIGNAR o servidor **ENIO RUBEM LUCCA JUNIOR**, matrícula nº 6320, para secretariar os trabalhos da Comissão de Sindicância, instituída pelo Ato da Mesa nº 034/2019, de 30 de janeiro de 2019, alterada pelos Atos da Mesa nº 190, 316 e 317/2019.

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

* * *

PORTARIA Nº 1700, de 10 de junho de 2019

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 011/2019.

Matr	Nome do Servidor	Função
1039	VICTOR INÁCIO KIST	Pregoeiro
1015	SERGIO MACHADO FAUST	Pregoeiro substituto
1094	ALDO LUIZ GARCIA	Equipe de apoio
0947	VALTER EUCLIDES DAMASCO	
2016	CARLOS HENRIQUE MONGUILHOTT	
2096	JOHNI LUCAS DA SILVA	
1877	ANTONIO HENRIQUE COSTA BULCAO VIANNA	

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

* * *

PORTARIA Nº 1701, de 10 de junho de 2019

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1454	CLAUDIA REGINA ROCHA CABRAL	03	13/05/2019	1786/2019
1930	GILBERTO LUIZ HELFENSTEIN	10	02/05/2019	1788/2019
2084	MARIA APARECIDA ORSI	45	06/05/2019	1792/2019
0732	MARIA SALETE VOSS ROSA	15	10/04/2019	1793/2019
0619	ROSANGELA BITTENCOURT	15	29/04/2019	1795/2019

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

* * *

PORTARIA Nº 1702, de 10 de junho de 2019

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1879	EVANDRO GONCALVES PEREIRA	90	04/05/2019	1787/2019
2132	JOAO BATISTA PEREIRA	120	20/05/2019	1789/2019
1521	JONAS LEMOS CAMPOS	60	30/04/2019	1790/2019
0967	RONALDO ROLNEI SOUZA	60	01/05/2019	1794/2019

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

* * *

PORTARIA Nº 1703, de 10 de junho de 2019

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, tendo em vista o que consta do Processo nº 1791/2019,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, II, art. 63, caput e art. 69, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família ao servidor **LUIZ FERNANDO NUNES DA SILVA**, matrícula nº 6312, por 01 (hum) dia, a contar de 30 de abril de 2019.
Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

* * *

PORTARIA Nº 1704, de 10 de junho de 2019

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

NOMEAR ELSO DE ALMEIDA, matrícula nº 8825, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Sérgio Motta - Chapecó).
Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

* * *

PORTARIA Nº 1705, de 11 de junho de 2019

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1585/2019,

RESOLVE: com fundamento no art. 42 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c o art. 5º da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991.

INCLUIR na folha de pagamento da servidora do Executivo - Secretaria de Estado da Saúde, à disposição da ALESC, **SOLANGE MARIA DOS SANTOS**, matrícula nº 9181, 5 (cinco) quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre a função gratificada de Assessoria Técnica-Administrativa, código PL/FG-4, no percentual de 3% (três por cento), totalizando 15% (quinze por cento), a contar de 17 de maio de 2019.
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

* * *

PORTARIA Nº 1706, de 11 de junho de 2019

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no Ato da Mesa nº 174, de 30 de agosto de 2007, redação dada pelo Ato da Mesa nº 225/2009, de 1º/7/2009,

DESIGNAR a servidora **ANE CAROLINE SCHEFFER**, matrícula nº 6811, para secretariar os trabalhos da Comissão Legal - Processo Administrativo Disciplinar, instituída pelo Ato da Mesa nº 033/2019, de 30 de janeiro de 2019, alterada pelos Atos da Mesa nº 314 e 315, de 11 de abril de 2019; e nº 420 e 421, de 28 de maio de 2019.
Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

* * *

PORTARIA Nº 1707, de 11 de junho de 2019

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

NOMEAR KARINY RODRIGUES, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-65, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (MD - Gabinete da Presidência).
Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

* * *

PORTARIA Nº 1708, de 11 de junho de 2019

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **WALLACE AVANIR DE SOUZA**, matrícula nº 8523, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-55, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 10 de junho de 2019 (Liderança do PDT).
Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

* * *

PORTARIA Nº 1709, de 11 de junho de 2019

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE:

PUBLICAR que a servidora **GIOVANNA MARIA POETA DOBES**, matrícula nº 6089, designada pelo respectivo Deputado, é a responsável pelo Gab Dep Luciane Carminatti para fins de convalidação e controle de frequência dos servidores internos.
Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

* * *

PORTARIA Nº 1710, de 11 de junho de 2019

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **RAUL SCHRAMM**, matrícula nº 9396, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 10 de junho de 2019 (Gab Dep Ivan Naatz).
Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

* * *

PORTARIA Nº 1711, de 11 de junho de 2019

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

NOMEAR ANTONIO FIDELIS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-55, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Liderança do PDT - Tubarão).
Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

* * *